

O conceito de literatura marginal

Quantos textos tem hoje a humanidade ao seu dispor? De quantos textos pode hoje dispor cada um de nós? E quantos textos são diariamente acrescentados aos inúmeros ou inumeráveis que já existem?

Ainda há muitos homens que prescindem ou são obrigados a prescindir de livros, ainda há no mundo cerca de 950 milhões de analfabetos: 280 milhões na Índia, 220 milhões na China, 40 milhões no Paquistão e no Bangladesh, 18 milhões no Brasil¹, e até mais de um milhão em Portugal. Ainda há muitos homens que, fundamentalistas ou não, só se guiam por uma bíblia, por uma cartilha, com os perigos insinuados na célebre frase atribuída a S. Tomás de Aquino: «timeo hominem unius libri», ou «timeo lectorem unius libri» (Tosi, 1993: 177). Mas nenhum homem são de nenhum país pode prescindir de textos, de uma considerável quantidade e variedade de textos, não importa se orais ou escritos.

Não será fácil dizer o que é um texto, como se deduz dos muitos estudos que desde os anos 70 têm vindo a ser publicados sobre a teoria do texto literário – lembrem-se por exemplo, pela sua relevância, as obras de Yuri M. Lotman *Estrutura do Texto Artístico* (1978)², e de Walter D. Mignolo *Elementos para uma Teoria do Texto Literário* (1978) – ou simplesmente sobre a chamada «teoria de texto» ou «linguística de texto», de que são paradigmas as obras de Wolfgang Dressler, *Einführung in die Textlinguistik* (1972) e de Siegfried J. Schmidt, *Texttheorie* (1973). Na obra *Introducción a la Lingüística del Texto*,

¹ *A Folha de S. Paulo*, 6 de Junho de 1993.

² A edição original foi publicada em Moscovo, pela Editorial Iskusstvo, em 1970. A edição francesa foi publicada em Paris, pela Gallimard, em 1973. A edição espanhola foi publicada em Madrid, pelas Ediciones Istmo, em 1978.

publicada em 1982, Enrique Bernárdez já dizia que encontrara «mais de cinquenta» definições de texto, e propunha, «mais do que uma definição, um conjunto de características do texto» (p. 70). Para ele o texto, que não se confunde com a frase ou com a oração, e que se aproxima do enunciado e do discurso, é uma «unidade linguística comunicativa fundamental, produto da actividade verbal humana, que possui sempre carácter social», e é «caracterizado pelo seu fechamento semântico e comunicativo, assim como pela sua coerência profunda e superficial, devida à intenção (comunicativa) do falante [ou do escrevente] de criar um texto íntegro, e à sua estruturação mediante dois conjuntos de regras, próprias do nível textual e do sistema da língua» (*Id.*: 85).

Mas, qualquer que seja o conceito – preciso ou impreciso, vago ou rigoroso – que tenhamos de texto, admitiremos sempre sem dificuldade que, ao longo de um dia normal, convivemos ou vivemos com numerosos e variados textos, que recebemos, produzimos, reproduzimos, co-produzimos. Textos orais, textos escritos, textos orais e escritos: audíveis, legíveis, audíveis e legíveis (ou visíveis). Textos breves e textos longos. Textos antigos e textos actuais. Textos literários e textos não literários. Textos informativos, formativos, distractivos, apelativos, performativos. Textos sérios e textos jocosos. Textos que nos chegam de diversos modos e em múltiplos suportes: voz humana, directa ou diferida, natural ou com apoio artificial, que a amplifica, deforma ou transforma (funis, microfones, altifalantes, gravadores, discos, cassetes, rádios, televisões, videos, telefones, telemóveis, inúmeros aparelhos electro-acústicos e electrónicos, de alta ou baixa fidelidade); papel (jornal, folheto, revista, livro... fabricados por vários tipos de máquinas, cada vez mais sofisticadas e rápidas); pedra (lápides, paredes, ardósias...); madeira (portas, árvores...); pele (pergaminho); vidro; tela; plástico; película; fita (magnética); disco; disquete, écran; etc.

Todos vivemos na dependência de textos, que construímos ou recebemos, activa ou passivamente; toda a nossa vida é **tecida** por textos. E se a qualquer hora podemos produzir textos novos, também podemos dispor de um fundo incomensurável de textos já feitos, que teremos de **perfazer**, na medida das nossas possibilidades. Porque sabemos que o tempo de uma

longa vida humana, mesmo que seja a de um leitor voraz, já há muito não é suficiente para conhecer simplesmente os chamados clássicos. E quase nos assustamos quando nos damos conta da produção anual de livros em diversas línguas; só no ano de 1986, por exemplo, foram publicados 2.702 títulos em Portugal, 36.924 em França, 52.000 em Inglaterra...³, – números bem inferiores aos que se obteriam na Alemanha, nos Estados Unidos e na ex-URSS.



Para nos darmos conta da multiplicidade e da quantidade de textos com que lidamos no dia a dia bastará pensar nos que nos chegam logo de manhã pela rádio, pela televisão (notícias, reportagens, crónicas, comentários, canções, anúncios, entrevistas...) ou pelos jornais (além dos citados, editoriais (*cartoons*), poemas, contos, anedotas, críticas, ensaios, cartas...), podendo a rua e os salões multiplicar esses textos (telegramas, conversas, diálogos, lições, discursos, peças, filmes...). E não se pense que o homem comum só recebe textos ou só oralmente produz textos; como nos lembra o volume colectivo *Écritures Ordinaires* (AA. VV. 1993), quase toda a gente se sente obrigada ao longo do dia ou da semana a escrever notas, bilhetes, cartas, contratos, certidões, requerimentos, receitas, diários, ou a usar agendas, blocos, cadernos, álbuns...

Ora, entre os muitos textos que diariamente emitimos ou recebemos, há os que logo incluímos intuitivamente no campo da literatura, e há os que logo excluímos desse campo, colocando-os no campo da não-literatura; poucos serão os que nos põem problemas de arrumação, já que tenderemos sempre a enviar para o lado não-literário os textos que violem alguns dos supostos ou pressupostos cânones literários, incluindo aqueles que à primeira vista se situam entre o literário e o não-literário, e que são ditos paraliterários, subliterários, infraliterários, pseudoliterários.

³ Dados fornecidos pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, pelo British Council e pelo Syndicat National de l'Édition (cf. *Gazeta do Interior*, 4 de Janeiro de 1990). De acordo com Robert Escarpit, a taxa anual média do aumento da produção mundial de títulos entre 1950 e 1970 foi de 7% (Escarpit, 1972: 32). Cf. também Robert, 1983.

Mas colocando-os ou não no campo da literatura quase nunca nos interrogamos sobre as razões ou princípios que determinam a nossa arrumação, dificilmente nos obrigamos a pensar ou repensar, em face deles, o **conceito** de literatura. Quer isso dizer que a nossa catalogação ou é feita de acordo com a lógica mecânica da tradição ou é feita simplesmente em nome de **preconceitos**. E não se torna difícil apontar os preconceitos que ao longo dos últimos séculos, salvo em curtos períodos, como o do primeiro Romantismo, levaram as minorias cultas, com raras exceções, a desvalorizar ou desconsiderar alguns textos, e até a excluí-los do campo literário: preconceitos contra o texto anónimo (como se ele não pressupusesse uma autoria ou uma «autoridade», mesmo que colectiva), contra o texto oral (como se não tivessem estatuto fundamentalmente oral os primeiros grandes textos literários da humanidade), contra o texto breve (como se alguma sociedade sobrevivesse sem a expressão aforística ou lapidar), contra o texto contaminado ou mesclado em géneros, espécies, estilos ou linguagens (como se os criadores literários tivessem sempre de consultar Aristóteles), contra o texto popular ou popularizado (como se fosse sempre desonrosa a estima das maiorias), e contra o texto moral ou ideologicamente subversivo (como se não fosse revolucionária alguma da melhor literatura mundial).

Esta enumeração revela que os preconceitos não têm só que ver com os textos, porque também afectam os autores (para efeito de valorização textual não é indiferente o prestígio ou a condição económica, social e cultural alta ou baixa dos autores), os suportes (não é indiferente a impressão em livro, em folheto de cordel, em jornal, em parede, ou apenas na memória), e os lugares e modos de transmissão (não é indiferente a venda na livraria ou na tabacaria e na rua, a transmissão oral, audiovisual e por impresso). Esses e outros preconceitos funcionam como máquinas censurantes. E sabemos dos estragos que os censores sempre fizeram às culturas ou às comunidades, como sabemos das suas incoerências e dos seus ridículos⁴.

⁴ Dispomos hoje em Portugal – por exemplo – de algumas obras que permitem avaliar bem as artimanhas e os malefícios das várias censuras instituídas: Bastos, 1983; Rodrigues, 1980; Príncipe, 1994.

Foi exactamente a luta contra os censores, contra os tabus e contra os preconceitos – a luta pela liberdade, contra o autoritarismo – que um pouco por todo o planeta mobilizou à volta dos anos 60 grupos de jovens, ou de intelectuais, de feministas, de negros, de homossexuais. E não por acaso foi nesses anos que se multiplicou a produção textual mundial, tendo-se assistido à revitalização de géneros ou espécies antigas mas também à proliferação de novas espécies, que combinavam duas ou mais linguagens, estilos, dimensões (verbal/ visual, verbal/ musical, verbal/ musical/ visual). O sucesso do romance, incluindo o policial, ou da canção, ou dos *graffiti*, ou do *slogan*, ou do *script*, ou da banda desenhada, ou da literatura infantil, ou da ficção científica, ou do *cartoon*, ou da poesia visual, dava conta da existência de novos públicos e de novas tecnologias de impressão ou de comunicação (pensemos na revolução do *offset*, do computador, ou dos audiovisuais), mas ao mesmo tempo que traduzia alguma euforia e pujança criativa não deixava de trazer alguma inquietação e desestabilização ao mundo literário.

A desestabilização foi tanta e tal que chegou a provocar o anúncio da morte da literatura⁵, ao mesmo tempo que provocava a publicação intensiva de estudos sobre as funções e especialidades da literatura («o que é a literatura?», «para que serve a literatura?», «teoria da literatura»...), e obrigava a levantar a questão da sua legitimação ou legitimidade, e a repensar o lugar de alguns textos e de alguns tipos de textos dentro ou fora (longe, na periferia) da literatura. Eis por que também pela mesma altura se assistia a algum desgaste da palavra ou da classificação «literatura», com frequência encarada de modo irónico ou pejorativo, *à la Verlaine* («Et tout le reste est littérature»...), e não raro preterida a favor das formas «discurso» e «poética», ou

⁵ A par dos autores que nas últimas décadas falaram incidental ou metaforicamente, como Aquilino Ribeiro, na morte da literatura, outros houve, como Maurice Blanchot, que encararam de frente o problema, que determinou, creio que no início dos anos 70, a publicação do volume *La Mort de la Littérature* (Paris, L. Herne). Em 1990, apareceu um livro com o mesmo título, só que em inglês, *The Death of Literature* (New Haven e Londres, Yale University Press), da autoria de Alvin Kernan, que na introdução reflecte sobre a questão. Também eu publiquei em 10 de Novembro de 1985 no *Jornal de Notícias* do Porto um pequeno ensaio intitulado «A morte da literatura».

sujeita a qualificações restritivas, e obrigada a conviver com novas classificações textuais que se valiam da palavra e do conceito de «literatura», mas para se lhe opor ou para marcar e dividir a sua área.

Algumas das novas designações, de abrangência genérica ou específica, limitavam-se a antepor um prefixo à forma «literatura»: antiliteratura, paraliteratura, contraliteratura, subliteratura, infraliteratura, etnoliteratura, socioliteratura, pseudoliteratura, pré-literatura, aliteratura. Outras ligavam-na a um substantivo com a ajuda de uma preposição: literatura de terror, de horror, de ficção científica, de massa (ou: de massas), de consumo, de vanguarda, aos quadrinhos (no Brasil: em quadrinhos), etc. Outras ainda acrescentavam-lhe um simples adjetivo: infantil, policial, fantástica, negra, pobre, trivial, menor, maldita, marginal.

A aplicação deste último qualificativo à literatura não se fez por acaso; a forma «marginal» e os seus cognatos (margem, marginalizar, marginalização, marginalidade, etc.) conheceram, a partir dos anos 60, uma extraordinária aplicação e frequência em diversas áreas das artes e das ciências humanas; na diversidade das ocorrências, tratava-se sempre de insinuar a imagem topográfica ou geográfica do rio (líquido, móvel) e das margens (sólidas, fixas) e de, a partir dela, afirmar a necessidade da atenção e da valorização de um desprezado espaço (material, modo, estilo) confinante ou cruzado com outro, antes privilegiado como central ou fundamental. Mas essa frequência, típica de uma moda, não se desligava do esforço de descentramento ou descentralização e da luta contra os privilégios que se intensificou nos anos 60 quando, como lembra Jean-Claude Schmidt (AA. VV. 1990: 396-427), começaram a manifestar-se sistematicamente grupos de «marginais» (*beatnicks, hippies*, «comunidades», «ecologistas» – e poderíamos acrescentar: terroristas, drogados, feministas, negros, homossexuais) que vieram engrossar as fileiras dos já paradoxalmente maioritários marginais da tradição. A questão das fronteiras (ou das hierarquias) passou então a preocupar seriamente as gentes que trabalhavam no campo da literatura, da arquitetura, do direito, da filosofia, da medicina, da música, da psicologia, da sociologia e do teatro, onde a ideia ou a teoria da «margem» se tornou

fecunda, e onde se impuseram novas taxinomias, pelo que não tardou o aparecimento de propostas que vinham, carnavalescamente, deslocar o centro para a periferia ou a periferia para o centro, que por vezes faziam crer, como Gottfried Benn, que «tudo é margem» (Benn, 1982: 23), e que se empenhavam em prestigiar o desprestigiado, incluir o excluído, ou pensar e repensar as razões da exclusão, mas também da inclusão. A designação «literatura marginal» pretendeu justamente favorecer a incorporação no espaço da verdadeira «literatura» de inúmeros textos que eram ou são colocados «à margem» dela, não importa se por incúria, por preconceito, por censura, por ignorância.

Como outras novas taxinomias, «literatura marginal» já conhece há décadas a consagração dos títulos; em França foi publicada em 1958 a *Histoire des Littératures Françaises, Connexes et Marginales* (t. III da *Histoire des Littératures* dirigida por Raymond Queneau e editada pela Pléiade); em Portugal foi publicado em 1975 o volume *Literatura Marginal-Izada*, da minha autoria; em Itália foi publicado em 1978 o número especial da *La Rivista* intitulado *La Letteratura Emarginata*, da responsabilidade de Walter Pedullà; no Brasil foram publicados em 1981 os estudos *O Que é a Poesia Marginal*, de Glauco Mattoso e *Retrato de Época – Poesia Marginal Anos 70*, de Carlos Alberto Messeder Pereira; em Espanha foi publicada em 1983 a obra *Literaturas Marginadas*, de Maria Cruz García de Enterría.

Mas, também como outras novas taxinomias, «literatura marginal» conhece ainda alguma instabilidade, e alguma concorrência. A mais forte é a que vem de designações que pretendem abranger toda a literatura geralmente excluída da literatura, ou desvalorizada como literatura, seja a antiga «literatura popular» sejam as modernas «paraliteratura», «contraliteratura» ou outras. Por mim, só vejo vantagens operatórias e conceptuais na opção por «literatura marginal» (e mais ainda por «literatura marginalizada»). Por um lado, porque aponta o campo claro e chão – sem hierarquias – da literatura (o que não acontece com «paraliteratura» e menos ainda com «infraliteratura», «subliteratura», «pseudoliteratura»). Por outro lado, porque sugere a provisoriedade e a artificialidade do fenómeno da marginalização literária

(fala-se em literatura marginal para que ela deixe de o ser; «marginal» só se justificaria como uma indicação estilística). Depois, na «literatura marginal» cabem textos tanto do domínio oral como do domínio escrito, tanto antigos (tradicionais) como modernos, tanto populares como elitistas ou de vanguarda. Por último, a designação pede logo a saída da literatura para as condições da sua circulação, consumo e produção, e pode mesmo transportar uma sugestão: a da que toda a literatura é marginal, ou de que toda a literatura poderá valer como expressão ou veículo de uma marginalidade essencial.

Na verdade, como disse um dia Ruy Belo, os escritores são afinal os «malditos marginais de todas as cidades sociedades» (Belo, 1973: 34).

Arnaldo Saraiva é professor catedrático da Universidade do Porto. Autor de uma tese de doutoramento sobre as relações do Modernismo português com o Modernismo brasileiro, colabora regularmente na imprensa como cronista; publicou diversos estudos sobre literatura marginal.

Referências bibliográficas

- AA. VV. (1990) – *A Nova História*, Coimbra, Almedina.
- AA. VV. (1993) – *Écritures Ordinaires*, Paris, Éditions P. O. L. / Centre Georges Pompidou.
- BASTOS, J. Timóteo (1983) – *História da Censura Intelectual em Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, Moraes Editores [1.^a ed.: 1926].
- BELO, Ruy (1973) – *País Possível*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- BENN, Gottfried (1982) – *Poemas de Gottfried Benn*, Porto, O Oiro do Dia.
- BERNÁRDEZ, Enrique (1982) – *Introducción a la Lingüística del Texto*, Madrid, Espasa-Calpe.
- DRESSLER, Wolfgang (1972) – *Einführung in die Textlinguistik*, Tubigen, Max Niemeyer Verlag [Edição italiana: *Introduzione alla Lingüistica del Testo*, Roma, Officina Edizioni, 1974].
- ESCARPIT, Robert (1972) – *Le Livre Français, Hier, Aujourd'hui, Demain*, Paris, Imprimerie Nationale.
- LOTMAN, Yuri M. (1978) – *Estrutura do Texto Artístico*, Lisboa, Estampa.
- MIGNOLO, Walter D. (1978) – *Elementos para uma Teoria do Texto Literário*, Barcelona, Editorial Crítica.
- PRÍNCIPE, César (1994) – *Os Segredos da Censura*, 2.^a ed., Lisboa, Caminho [1.^a ed.: 1979].
- ROBERT, Estivals (1983) – *Le Livre dans le Monde: Introduction à la Bibliogíe Internationale*, Paris, Retz.
- RODRIGUES, G. Almeida (1980) – *Breve História da Censura Literária em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- SCHMIDT, Siegfried J. (1973) – *Texttheorie*, Munique, Wilhelm Fink Verlag [Tradução em português: *Linguística e Teoria do Texto*, São Paulo, Pioneira, 1978].
- TOSI, Renzo (1993) – *Dizionario delle Sentenze Latine e Greche*, 8.^a ed., Milão, Rizzoli.